

Mendoncinha nas cordas

> MEC sofre derrota com o adiamento do Enem e tenta culpar alunos

ANA BEATRIZ MAGNO E SILVANA SÁ
comunica@adufjrj.org.br

O ministro Mendonça Filho passou as últimas 72 horas tentando transformar uma derrota política num sofisma ideológico. Sem dialogar com os estudantes que ocupam mais de mil escolas em protesto contra a repentina edição da medida provisória de reforma do ensino médio, o governo federal resolveu adiar as provas do Enem de 191 mil candidatos. Para especialistas, a decisão do gover-

no de fatiar o Enem entre novembro e dezembro é mais uma demonstração de inabilidade política. “O que demonstra a fraqueza do governo é não se dispor ao diálogo. É um governo ilegítimo. Por isso, age pela força. A MP 746 é um desses atos de força”, analisa o professor da Faculdade de Educação da UFF, Paulo Carrano. Ele avalia que faltou vontade política em realocar os 2,2% do total de candidatos. “O INEP é um instituto muito capacitado para fazer alterações de locais de prova”, completa. Os estudantes consideram que a

atitude do MEC foi “unilateral”. “Nossa proposta desde o início era permitir o Enem na nossa unidade”, disse uma liderança das ocupações do Colégio Pedro II, que preferiu não se identificar.

A presidente do INEP, Maria Inês Fini, explicou que o adiamento se deve à “dificuldade logística” em conseguir escolas com infraestrutura e tamanho similares. Já o ministro Mendonça Filho concedeu várias entrevistas na quarta-feira afirmando que o “Enem jamais poderia ser palco de politização”.

Muito mais que uma menina rebelde

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

“Uma decisão para colocar estudante contra estudante”. Foi o que declarou Ana Júlia Pires Ribeiro (foto), de 16 anos, sobre a medida do MEC de adiamento parcial do Enem. A menina encantou o Brasil ao desafiar os deputados paranaenses em defesa das ocupações. Ao falar que os parlamentares estavam com as mãos sujas de sangue pela morte do aluno Lucas Mota, que integrava o movimento, a jovem ganhou repercussão nacional.

Segundo ela, o ministério poderia ter adotado o mesmo caminho do



Gerardo Magela/Agência Senado

Tribunal Regional Eleitoral, que conversou com o movimento para remanejar os locais de votação nas eleições municipais: “A melhor solução seria abrir um canal de diálogo

conosco”, disse Ana Júlia. “Ou adiar as provas para todos”, completou.

Ana Júlia, cuja escola foi desocupada por ação judicial na última sexta (28/10), percebe um recente aumento da repressão ao movimento, mas não desanima: “De certa forma, isso até fortalece nossa vontade de lutar por uma educação pública de qualidade”.

As pautas da “primavera estudantil” são: contra o teto de gastos públicos (PEC 55), contra o programa “Escola sem Partido” e pelo fim da reformulação do ensino médio por medida provisória (MP 746): “Já temos uma educação sucateada. Com a PEC 55, teremos uma educação mais defasada ainda”, explicou Ana Júlia.

Assembleia, dia 8. Não falte

8 nov - terça-feira

13h às 20h

(votação por cédulas em urnas, entre 16h e 19h)

pauta

Decisão sobre paralisação e greve geral contra a PEC 55 (ex-PEC 241)

locais

Três locais, ligados por videoconferência:

- Auditório G1 da Faculdade de Letras, Fundão;
- Salão Nobre do IFCS;
- Auditório do Polo Barreto, no campus de Macaé.



Goleada contra o teto de gastos

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

Mais de 290 mil pessoas já se posicionaram contra a proposta de teto de gastos públicos do governo Temer, em consulta realizada na página eletrônica do Senado. Até as 16h deste dia 3 de novembro, apenas 18 mil eram favoráveis à PEC 55. O número torna-se mais significativo considerando o curto tempo de tramitação do projeto. A participação popular levou a proposta para o quarto lugar no ranking do sistema.

A medida que conta com mais votantes é de 2015 e trata da redução do número de parlamentares (deputados e senadores). Recebeu cerca de 750 mil votos. Em segundo lugar, com 395 mil votantes, a polêmica regulamentação

do aborto nas primeiras semanas de gestação. Esta matéria está na Casa desde 2014. O programa “Escola sem Partido”, também de 2016, vem em seguida: com 184 mil manifestando acordo e 199 mil discordando da mudança.

SENADORA ATRIBUI PARTICIPAÇÃO À AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) atribuiu o grande número de manifestações no portal à ação de movimentos sociais e dos senadores de oposição: “O esforço para produção de material informativo, circulação de e-mails e similares ajudou bastante a fomentar a discussão”, avaliou.

A reportagem também procurou senadores que defendem a PEC 55 para comentar o resultado da consulta pública, mas não obteve retorno até o fechamento desta matéria.

GOVERNO REBAIXA STATUS DO CNPq

■ Após fundir o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação com o das Comunicações, o governo voltou a desagradar à comunidade científica ao rebaixar o status do CNPq. Além dele, a Finep, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ficaram subordinados a uma “Coordenação Geral de Serviços Postais e de Governança e Acompanhamento de Empresas Estatais e Entidades Vinculadas”. Esta coordenação pertencerá a uma Diretoria com a mesma nomenclatura, que, por sua vez, responderá à Secretaria Executiva do Ministério. Na prática, os assuntos do CNPq não serão mais tratados pelo ministro.